



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

OF. GAB/Seduc/Nº472.

Porto Alegre, 31 de maio de 2016.

À Senhora
Helenir Aguiar Schürer
Presidente CPERS/Sindicato
Porto Alegre/RS

Senhora Presidente:

Conforme acordado na última reunião de negociação, realizada no dia 23 de maio de 2016, seguem respostas por escrito à pauta de reivindicações apresentada por esse Sindicato.

1. Negociação dos dias de greve, chamada pela CNTE, nos dias 15, 16 e 17/03/2016

O Governo do Estado está aberto para negociação, seguindo a sistemática já adotada em períodos anteriores, mediante a efetiva recuperação dos dias letivos.

2. Pauta Salarial – Reajuste emergencial de 13% e Piso da categoria

É do conhecimento de todos a precária situação financeira do Estado, que sequer consegue integralizar o pagamento dos salários dos servidores dentro do mês, obrigando-se a fazer o parcelamento por absoluta falta de recursos. A par disso, a atividade econômica continua recessiva, o que tem implicado na redução da arrecadação de impostos. A situação da dívida do Estado com a União também não está equacionada, o que significa impossibilidade material, no momento, de atendimento da reivindicação de reajuste salarial.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

3. Vacinação dos Trabalhadores em Educação contra o vírus H1N1-Gripe A

A Secretaria da Saúde do Estado incluiu os Professores no grupo prioritário de vacinação. Os postos de saúde estão autorizados a realizar a vacina de professor, mediante identificação. Destaca-se que o atendimento depende da disponibilidade da vacina.

4. Reenquadramento do difícil acesso

Esclarece-se que a questão foi apontada pelos órgãos de controle, como CAGE e Tribunal de Contas do Estado do RS, levando a administração a adotar providência. A providência limita-se, no momento, à criação de Comissões para levantar a situação em cada uma das Coordenadorias Regionais de Educação. Reafirmamos o convite ao CPERS para participar das referidas Comissões.

5. Retirada do PL nº 44/2016

O Governo do Estado, através do Chefe da Casa Civil, Márcio Biolchi, que faz a interlocução com a Assembleia Legislativa, assegura que não será requerido regime de urgência e que o projeto não será votado nos próximos 03 meses, oportunizando o debate e amadurecimento da matéria, dizendo-se aberto para incorporar ao projeto eventuais sugestões, inclusive do CPERS.

6. Plano de Saúde do IPE

Não há, ainda, nenhuma proposta legislativa concreta sobre alterações do plano de saúde do IPE e aumento de descontos dos servidores, conforme explicado pelo Presidente da Autarquia Previdenciária na primeira reunião de negociação, realizada no dia 17 de maio de 2016. A matéria está em discussão no IPE, tendo o CPERS assento no Conselho que decidirá sobre o assunto.

7. Hora Atividade

Houve decisão do Tribunal de Justiça do Estado julgando improcedente a ação movida pelo CPERS. A Secretaria de Educação deu cumprimento à decisão judicial, e o Governador editou Decreto sobre o assunto.

Como o CPERS recorreu da decisão, estamos no aguardo do pronunciamento definitivo do Judiciário para voltarmos a tratar do tema.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

8. Merenda Escolar para todos os alunos

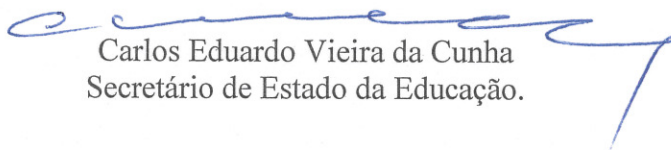
A merenda escolar é fornecida para todos os alunos. É um programa federal. Os valores repassados pelo FNDE estão defasados (0,30 por aluno), o que tem sido objeto de pedido de atualização de todas as Secretarias de Educação do país. O Estado complementa, dependendo da tipologia da escola, repassando às escolas de ensino médio mais R\$ 0,60 por aluno. Já as escolas em tempo integral recebem do Estado a complementação de R\$ 1,07 por aluno. Além disso, as escolas que têm até 100 alunos também recebem do Estado a complementação de R\$ 0,60 por estudante.

9. Fim do fechamento de turmas e escolas

As turmas obedecem rigorosamente o número máximo de alunos previstos pelo Conselho Estadual de Educação/RS. Turmas só são fechadas quando não há número de alunos que justifique a sua existência. Já o eventual fechamento de escolas somente se dá excepcionalmente, e sempre ouvindo a comunidade escolar.

Sendo o que nos apresentava para o momento, renovamos votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,


Carlos Eduardo Vieira da Cunha
Secretário de Estado da Educação.